

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR  
PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**

Autos n. **XXXXXX**

Impetrante - **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**

Paciente - **FULANO DE TAL**

**A DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO  
FEDERAL**, por seu órgão de execução, lotado no Juizado de  
Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Circunscrição  
Judiciária de XXXXXX, por ato do Defensor Público que esta  
subscreve, vem, perante Vossa Excelência, com fundamento no  
artigo 5º, inciso LXVIII, da Constituição Federal e artigo 648 e  
seguintes do Código de Processo Penal, impetrar a presente ordem  
de

**HABEAS CORPUS COM PEDIDO LIMINAR**

em favor de **FULANO DE TAL**, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL,  
PROFISSÃO nascido em XX/XX/XXXX, filho de FULANO DE TAL e  
FULANO DE TAL, RG n.º XXXXXX - SSP/XX e CPF n.º XXXXXX, em  
face de coação ilegal em detrimento da liberdade ambulatoria do  
paciente, suscitado por ato da lavra da Douta **JUÍZA DE DIREITO  
DO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR  
CONTRA A MULHER DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE**

XXXXXX, fazendo-se alicerçar, para tal mister, nos fundamentos de fato e de direito a seguir expostos.

Requer seja o presente recebido e processado, juntamente com os documentos carreados, fazendo prosseguir posteriormente, até final julgamento.

XXXXX, XX de XXXXX de XXXX.

**FULANO DE TAL**  
**Defensor Público**

**EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**INCLÍTOS JULGADORES**

**DOUTA PROCURADORIA DE JUSTIÇA**

## **I - DOS FATOS**

Trata-se de feito originário (processo n. XXXXX) em que o Ministério Público requereu a prisão preventiva do réu, sob o fundamento de risco à instrução criminal e à aplicação da lei penal, bem como à garantia da ordem pública.

O requerimento ministerial foi deferido pelo d. Juízo de Direito do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de XXXXX (fls. 237/239), como medida necessária para a garantia da ordem pública e para assegurar a garantia da lei penal.

Entretanto, os fundamentos acima mencionados não se encontram presentes na hipótese, conforme se passa a demonstrar.

## **II - DO CABIMENTO DO *HABEAS CORPUS***

A Constituição da República assim dispõe, no art. 5º, LXVIII:

*“Art. 5º. (...)*

*LXVIII – conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.”*

Assim, é o *habeas corpus* utilizado para coibir a coação ilegal relacionada ao direito de locomoção. A coação pode ser dita ilegal fundamentalmente naquelas hipóteses do art. 648 do Código de Processo Penal – particularmente o inciso I –, ora transcrito:

*“Art. 648. A coação considerar-se-á ilegal:*

*I - quando não houver justa causa.”*

Ressalte-se, nesta linha, que a imprescindibilidade que norteia a prisão cautelar há de ser efetiva e subsistente, pois, segundo o texto constitucional, a liberdade é a regra, enquanto que a prisão cautelar é a exceção.

Com precisão jurídica, Ada Pellegrini Grinover, Antônio Scarance Fernandes e Antônio Magalhães Gomes Filho, ressaltando que a liberdade física do indivíduo é um dos dogmas do Estado de Direito, lembram que:

*“No caso de prisão cautelar, essas exigências se tornam ainda mais rigorosas, diante do preceito constitucional segundo o qual ‘ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória’ (art. 5.º, inc. LVII, CF); em face do estado de inocência do acusado, a antecipação do resultado do processo representa providência excepcional, que não pode ser confundida com a punição, somente justificada em situações de extrema necessidade.”*

(“As nulidades no Processo Penal”, Ed. RT, 6.ª ed., 1998, p. 278).

Cabível, pois, no presente caso, e conforme restará demonstrado, o remédio constitucional ora impetrado.

### III - RAZÕES DO PACIENTE

Inicialmente, é necessário registrar que a **necessidade** da prisão cautelar não se faz presente na hipótese. O fato em apuração, objeto dos autos principais, ocorreu em **MÊS DE ANO** (fl. 04), sendo certo que a prisão preventiva somente foi requerida pelo *Parquet* em **XX de XXXXX de XXXX** (fls. 02/03-v) e, desse modo, não se pode apontar, na espécie, o ***periculum libertatis*** apto a fundamentar a constrição cautelar.

Ademais, durante esse período, aos 13/11/2014, o paciente **compareceu espontaneamente** perante a autoridade policial para fornecer a sua versão dos fatos, oportunidade em que foi ouvido e contribuiu, efetivamente, para a investigação criminal (fls. 33/34).

Por sua vez, a **garantia da ordem pública** não estará abalada com a liberdade do paciente, haja vista que não há nada em concreto, nos autos, a afirmar que solto ele reincidirá na prática delitiva. Ao contrário, **durante o lapso temporal entre a ocorrência do crime e o requerimento de prisão preventiva, não há nenhuma condenação em sua Folha de Antecedentes** (fls. 229/235), razão pela qual está devidamente demonstrado que não se trata de um criminoso habitual.

Assim, em que pese o *Parquet* ter mencionado o depoimento da testemunha FULANO DE TAL, no sentido de que **ouviu dizer** que o acusado “já tinha estuprado uma menina em XXXXXX, e que tinha sido preso lá por esta razão” (fl. 02-v), ressalta-se que tal informação, por si só, não justifica a manutenção da medida que aqui se discute.

Isto porque **sequer foi juntado a estes autos qualquer documento capaz de atestar tal alegação**, restando, assim, amparada por um mero depoimento dado em sede

inquisitorial por uma testemunha que *ouviu dizer* e, portanto, sem qualquer valor probante.

Nesse sentido, é certo que não se pode admitir a submissão de um indivíduo a medida de caráter de *ultima ratio*, baseando-se, tão somente, em um depoimento dado em sede policial. Com efeito, sabe-se que qualquer pessoa pode ir à delegacia e falar o que bem entender, sendo que, até o presente momento, não se pode precisar a veracidade de tais alegações. Sendo assim, tal fundamento utilizado pela Acusação não possui força suficiente para subsidiar a custódia cautelar do réu.

Já no que tange à **conveniência da instrução criminal**, também é possível afirmar que tal fundamentação não se faz presente em relação ao paciente, pois, quando ouvido pela autoridade policial, colaborou efetivamente para o esclarecimento dos fatos, razão pela qual **não possui interesse em impedir a oitiva de testemunhas e demais atos atinentes ao esclarecimento do crime.**

Ademais, cumpre apontar o documento juntado às fls. 278/282, a saber, **termo de declarações** prestado pela genitora do réu, FULANO DE TAL e também pela testemunha FULANO DE TAL.

Consoante o teor do referido documento, verifica-se que **o réu, em nenhum momento, se esquivou de nenhum ato ou comparecimento à Justiça**, tendo sido esclarecido, inclusive, **o grande equívoco causado pelo patrono à época constituído nos autos**, de modo que é possível perceber, sem sombra de dúvidas, a sempre presente boa-fé do acusado.

O fato de que o réu jamais pretendeu a sua ocultação perante a Justiça também pode ser extraída das circunstâncias em que efetivada a sua prisão preventiva. Nesse viés, após chegar ao seu conhecimento que estava sendo procurado no bojo dos autos nº XXXXXX, o paciente, **mais uma vez, compareceu espontaneamente à delegacia de polícia, onde foi então preso**, conforme atesta o termo de declarações de fl. 279. **Ora, se estivesse realmente ciente**

da existência de um mandado de prisão decretado em seu desfavor, certamente não teria comparecido, de modo livre e espontâneo, à delegacia de polícia.

Cumpre ressaltar, ainda, que, os fatos supostamente narrados na denúncia apontam para a consumação efetiva de uma conjunção carnal, com penetração vaginal, entre o acusado e a vítima. Entretanto, o laudo acostado às fls. 53/54 indica **presença de hímen, bem como ausência de vestígios de ato libidinoso.**

Assim, até o final da apuração criminal, com o devido processo legal, mediante contraditório e ampla defesa, o que se tem são meras conjecturas do fato investigado. Portanto, ante a ausência de qualquer elemento suficientemente capaz de subsidiar a prisão preventiva do réu, é certo que manter sua custódia cautelar, no presente caso, constitui grave ofensa, inclusive, à presunção de inocência, garantida por força constitucional.

Ademais, registra-se que o réu possui **residência fixa**, podendo ser encontrado no seguinte endereço indicado por sua genitora: XXXXXXX (fl. 279). Ressalte-se ainda que, durante todo o período decorrido, MÊS de ANO até MÊS de ANO (data do pedido de prisão preventiva), o réu esteve residindo neste endereço.

Dessa forma, o caso sob exame não apresenta ofensa à garantia da ordem pública e, tampouco, risco concreto para aplicação da lei penal, devendo ser revogada a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente.

### **DO PEDIDO**

Diante do exposto, requer a Defensoria Pública:

- a) seja processado o presente pedido na forma da lei e regimento interno desta Corte e concedida, **LIMINARMENTE**, a ordem ora impetrada,

expedindo-se, em consequência, o competente alvará de soltura, a fim de garantir ao paciente **FULANO DE TAL** o seu direito de responder aos autos do processo em liberdade, bem assim a confirmação no mérito da liminar;

- b) subsidiariamente, a substituição da prisão preventiva pelas medidas cautelares diversas da prisão.

XXXXX, XX de XXXXX de XXXX.

**FULANO DE TAL**  
**Defensor Público**